



LEI N.º 3.062, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL DA MUNICIPALIDADE À FRUTIPOLPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ N.º 02.048.374/0001-02, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR MARTIN MARTINS, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica concedido à **FRUTIPOLPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ nº 02.048.374/0001-02, a Permissão de Uso nos termos do artigo 58, parágrafo 3º da Lei Orgânica do Município de Parapuã, do seguinte bem imóvel:

“De parte de um imóvel urbano já construído, localizado a Rua Pará 285ª (Área a ser Desdobrada do Armazém Comunitário pertencente a Prefeitura Municipal de Parapuã), localizada nesta cidade, com as seguintes medidas: Na frente 20,00 metros; do lado esquerdo de quem está de frente olhando para o terreno 25,20 metros; daí vira a direita com uma distância de 10,50 metros; daí vira a esquerda com uma distância de 16,05 metros; do lado direito de quem olha de frente 41,25 metros e finalmente aos fundos 9,50 metros, totalizando uma área de concessão de 656,48 de m², conforme croqui em anexo”.

Artigo 2º- O prazo de vigência da presente Permissão de Uso é de 10 (dez) anos contados da assinatura do Termo, podendo ser prorrogado por igual período por ato do Executivo, ficando a interessada, durante o período de permissão, responsável pela manutenção, conservação, consumo de energia, telefone e água, responsabilidade civil/criminal sob qualquer de suas formas e outros encargos que incidirem sobre o mesmo.

Artigo 3º- A presente permissão é efetuada a título gratuito, ficando a beneficiária obrigada a fazer uso dela exclusivamente para fins de cumprimento de suas finalidades prescritas em seu CNPJ, vedado o empréstimo do local, cessão ou outra forma de disposição, devendo, ao final do prazo e se não prorrogado, desocupar o local, entregando o bem nas mesmas condições que recebeu.

Artigo 4º- A beneficiária não poderá realizar mudanças estruturais no bem, sendo que, eventuais benfeitorias a serem realizadas deverão ser previamente comunicadas ao Poder Executivo, e, se autorizadas, retiradas quando do vencimento da permissão que, em caso de não cumprimento, incorporar-se-á ao patrimônio público sem ônus algum.



LEI N.º 3.062, DE 04 DE MARÇO DE 2021.


Artigo 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, em 04 de março de 2021.



GILMAR MARTIN MARTINS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã, e afixada em lugar de costume na data supra.



CLAYTON FERREIRA DA SILVA
Secretário designado



LEI N.º 3.062, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL DA MUNICIPALIDADE À FRUTIPOLPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ N.º 02.048.374/0001-02, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR MARTIN MARTINS, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica concedido à **FRUTIPOLPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ n.º 02.048.374/0001-02, a Permissão de Uso nos termos do artigo 58, parágrafo 3º da Lei Orgânica do Município de Parapuã, do seguinte bem imóvel:

“De parte de um imóvel urbano já construído, localizado a Rua Pará 285ª (Área a ser Desdobrada do Armazém Comunitário pertencente a Prefeitura Municipal de Parapuã), localizada nesta cidade, com as seguintes medidas: Na frente 20,00 metros; do lado esquerdo de quem está de frente olhando para o terreno 25,20 metros; daí vira a direita com uma distância de 10,50 metros; daí vira a esquerda com uma distância de 16,05 metros; do lado direito de quem olha de frente 41,25 metros e finalmente aos fundos 9,50 metros, totalizando uma área de concessão de 656,48 de m², conforme croqui em anexo”.

Artigo 2º- O prazo de vigência da presente Permissão de Uso é de 10 (dez) anos contados da assinatura do Termo, podendo ser prorrogado por igual período por ato do Executivo, ficando a interessada, durante o período de permissão, responsável pela manutenção, conservação, consumo de energia, telefone e água, responsabilidade civil/criminal sob qualquer de suas formas e outros encargos que incidirem sobre o mesmo.

Artigo 3º- A presente permissão é efetuada a título gratuito, ficando a beneficiária obrigada a fazer uso dela exclusivamente para fins de cumprimento de suas finalidades prescritas em seu CNPJ, vedado o empréstimo do local, cessão ou outra forma de disposição, devendo, ao final do prazo e se não prorrogado, desocupar o local, entregando o bem nas mesmas condições que recebeu.

Artigo 4º- A beneficiária não poderá realizar mudanças estruturais no bem, sendo que, eventuais benfeitorias a serem realizadas deverão ser previamente comunicadas ao Poder Executivo, e, se autorizadas, retiradas quando do vencimento da permissão que, em caso de não cumprimento, incorporar-se-á ao patrimônio público sem ônus algum.